

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre estimativas da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na nota nº 12 ("Expansão do Auxílio Brasil: uma análise preliminar") e em apresentação de 5 de agosto.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre estimativas da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na nota nº 12 ("Expansão do Auxílio Brasil: uma análise preliminar") e em apresentação de 5 de agosto.

Nesses termos, requisita-se:

1. a linha de pobreza usada como referência para o Brasil;
2. a linha de pobreza usada como referência para os demais países;
3. códigos de programação usados para cálculo das estimativas;
4. microdados ou planilhas usados no cálculo das estimativas;
5. quantidade e nome de técnicos de planejamento e pesquisa do órgão diretamente envolvidos na elaboração do documento, se houver algum;



6. estimativas para a extrema pobreza em 2023, pela mesma metodologia empregada no estudo, mas com os parâmetros para o Auxílio Brasil enviados pelo Executivo ao Congresso no projeto de lei orçamentária anual (PLOA).

JUSTIFICAÇÃO

A opinião pública assistiu com espanto a divulgação de um estudo do Ipea, respeitado órgão de Estado, confrontando o aumento da fome no País. Divulgado às vésperas da iminente eleição presidencial, o estudo - assinado pelo presidente da instituição! - conclui que haveria grande exagero nos números da fome no Brasil, uma conclusão contraintuitiva para qualquer um que cruze os semáforos das cidades brasileiras. O Parlamento deve obter informações, seja para referendar o estudo - e redirecionar diversas propostas contra a miséria e a fome discutidas no Congresso - seja para questioná-lo - e assim dar o encaminhamento devido em caso de identificação de abuso de poder pelo presidente daquele órgão.

A atípica nota divulgada institucionalmente pelo Presidente do Ipea foi criticada na Folha de São Paulo pelo pesquisador Sergio Firpo, importante economista brasileiro membro (*fellow*) da aclamada *Econometric Society*, entidade que reúne inclusive Prêmios Nobel em economia. Firpo aparece ainda como o segundo economista brasileiro mais importante da academia, pelo ranking internacional *RePEc*. Por isso impressiona sua denúncia no referido artigo, de 2 de setembro, intitulado "Quem tem fome no debate político".

Como outros pesquisadores, Firpo chama atenção para o fato de o estudo do Ipea sequer explicitar quais são as linhas de pobreza usadas no documento, que são centrais para o resultado de que não haveria expressivo aumento da fome no País. O pesquisador qualifica o trabalho do Presidente do Ipea

como "descuidado" e relata "erros técnicos rudimentares". Sugere que foi "feito às pressas" e critica haver "confusões inaceitáveis".

Firpo conclui, assim, haver um uso político do Ipea a fim de "distorcer a realidade" em benefício de um grupo político - obviamente o que atualmente ocupa o Palácio do Planalto. Lamenta que a pesquisa científica seja desvirtuada, já que deveria "manter a sobriedade e até a sanidade do debate público". O pesquisador arremata "Se o prestígio da pesquisa acadêmica virar moeda de troca no vale tudo político, nós rapidamente mancharemos nossa legitimidade e, no longo prazo, a democracia e o desenvolvimento do Brasil sairão perdendo."

Vê-se, portanto, que o caso é potencialmente grave. Ao mesmo sentido, a Associação de Funcionários do Ipea (Afipea) protocolou no início deste setembro denúncia, junto ao Ministério Público Federal (MPF), contra o presidente do órgão e o Ministro da Cidadania. Vislumbra "práticas abusivas cometidas em período eleitoral". Com inegável credibilidade, os servidores do Ipea refletem que a nota em questão desrespeita os próprios protocolos internos para publicação de estudos, mormente durante as eleições. Acusam "uso da instituição para produção subliminar de propaganda governamental".

Não queremos, com este requerimento de informações, promover qualquer caça às bruxas. Mas o Senado precisa estar bem-informado sobre um tema tão fundamental. Ao longo dos últimos meses, foram apresentadas tantas proposições e tantos debates feitos sobre a situação da fome e da miséria no País. Ora, se estudo do Ipea aponta em direção contrária às providências que estamos tocando para as políticas públicas nacionais, devemos ter clareza sobre isso. As informações que demandamos ajudariam a clarear este quadro confuso e, naturalmente, repleto de technicalidades.

Por outro lado, se as informações fornecidas não forem capazes de ratificar o estudo, igualmente caberão providências. As ponderações de Firpo e

da Afipea, se confirmadas, exigiriam firme resposta do Congresso e de outras instituições, tanto para sancionar eventual mal-feito como para aperfeiçoar a legislação eleitoral.

Em 8 de setembro, o presidente do Ipea, Erik Figueiredo, emitiu uma resposta - curiosamente fora dos canais institucionais, em um documento postados em páginas privadas (Twitter, Dropbox). O documento não é satisfatório para nossas dúvidas.

Desta forma, solicitamos ao Ministro da Economia, onde está inserido o Ipea, que expresse qual é, afinal, a linha de pobreza usada no estudo - tanto para o Brasil quanto para outros países. Precisamos saber se foram usadas "balanças" diferentes para embasar o argumento de que a pobreza cai no Brasil enquanto sobe no mundo - narrativa da campanha eleitoral governista baseada em apresentação do presidente do Ipea no dia 5 de agosto (como relata o jornal Poder360, no dia 8).

Desejamos ter acesso também aos códigos e microdados (ou planilhas) usados no cálculo, para que possam ser replicados - como de praxe na academia. Para compreender melhor a situação, pedimos ainda para que se esclareça se servidores de carreira do Instituto participaram da elaboração do documento em tela - ou se foram ignorados nesta iniciativa tão importante.

Por fim, diante da análise do projeto de lei orçamentária (PLOA) que consumirá esta Casa nas próximas semanas, pedimos que sejam fornecidas estimativas para a extrema pobreza em 2023 usando a exata mesma metodologia empregada no estudo, mas com os valores do Auxílio Brasil previstos no orçamento (que é de R\$ 400, e não de R\$ 600).

Sala das Sessões, * data inválida *.

Senador Jean Paul Prates
Líder da Minoria